



## EDITORIAL

### Dossiê “Agricultura Familiar: Dimensões, Experiências e Desafios”

A Revista do Desenvolvimento Regional - REDES tem a satisfação de apresentar o volume 25, número 05 (edição especial) que está sendo publicado nesse mês de dezembro de 2020. Esse número traz como destaque um número especial sobre **Agricultura Familiar: Dimensões, Experiências e Desafios**, além de reunir também, na segunda seção, um conjunto de outros artigos que abordam distintos temas relativos ao campo do desenvolvimento regional.

O presente número especial é constituído de um conjunto de nove artigos que, de modo distinto, desenvolvem a reflexão teórica e metodológica e que apresentem resultados de pesquisas empíricas sobre diferentes dimensões, experiências e desafios presentes no desenvolvimento da agricultura familiar, em diferentes territórios e regiões do Brasil.

Abrindo a seção com os artigos desse número especial temos o artigo dos autores **Jair Andrade Araújo, Matheus Oliveira de Alencar e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho** intitulado CRÉDITO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. Nele os autores discutem os impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) sobre a renda e a produtividade na agricultura familiar brasileira. Para alcançar o objetivo proposto, utilizam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2014 e empregam como método de análise o Propensity Score Matching (PSM).

No segundo artigo NÍVEIS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, os autores **Roberto Carbonera, Nilvo Basso, Juliana Boniatti Libardoni Buratti, Carlos Henrique Kovalski, Michele Renz Scheer e Felipe Esteves Oliveski**, analisam e diagnosticam a produção agropecuária do município de Santa Rosa, RS, e propõem estratégias de desenvolvimento. Abordam a evolução da agricultura, o zoneamento agroecológico, a tipologia, a modelização e a caracterização técnica, econômica e ambiental dos sistemas de produção existentes na Região Noroeste do RS. Como resultados, constatou-se que os solos são favoráveis à prática da agricultura e predominam unidades de produção familiar. Nos últimos vinte anos, houve substancial crescimento da produção de leite, grãos, fruticultura e olericultura e redução da suinocultura e área cultivada de soja. Foram caracterizadas quatro zonas agroecológicas sob a ótica do desenvolvimento e a história agrária foi agrupada em quatro períodos de acordo com fatos ecológicos,

técnicos e socioeconômicos. Foram identificados treze tipos de sistemas de produção e cinco casos especiais. Apenas o caso familiar com produção de grãos e venda de excedentes não atinge o nível de reprodução social.

Em seguida tem-se o artigo A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de autoria de **Clovis Dorigon, Cristiano Nunes Nesi, Cristiane Tonezer e Aureo Leandro Haag**. Nele os autores relatam a pesquisa que enfocou uma caracterização da produção de alimentos para o autoconsumo na região Oeste de Santa Catarina, levantando tipos e quantidades desses alimentos e identificando as razões pelas quais agricultores deixaram de produzir algumas espécies antes cultivadas. Além disso, foi avaliada a importância econômica dos produtos para o autoconsumo, pelo valor que seria despendido se os mesmos fossem adquiridos no mercado. Como resultado, observou-se que a produção para o autoconsumo está presente em todas as propriedades, mesmo nas integradas, fornecedoras de matérias-primas para a agroindústria. Essa produção caracteriza-se pela diversificação e contribui decisivamente para a segurança alimentar das famílias no meio rural. Observaram-se diferenças na distribuição espacial regional, relacionada à quantidade e a variedade desses produtos.

Os autores **Wilson Itamar Godoy, Andressa Sanssanoviez e Giovanna Pezarico**, no artigo intitulado LIMITES E POSSIBILIDADES DO USO DAS TICs PELA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL DO BRASIL, abordam o uso das TICs por famílias agricultoras da região Sul do Brasil, apontando os limites e possibilidades no contexto da agricultura familiar. Para alcançar este objetivo, foi realizada a aplicação de formulários em trinta unidades familiares dos municípios de Xaxim/SC e Pato Branco/PR. A pesquisa verificou que a possibilidade de acessar e usar as TICs representa para os agricultores familiares uma necessidade frente à competitividade do mercado atual. Apesar da importância e significado que as TICs representam ao meio rural, o campo de estudo revela que as condições desse acesso apresentam limitações, pois o sistema técnico é deficitário, o que impede o efetivo acesso a todo o potencial que detêm essas tecnologias. Em alguns casos, mesmo com um investimento elevado, o agricultor não consegue acessar um serviço melhor ou mesmo usar adequadamente. Por fim, verifica-se que as TICs estão inseridas no contexto da agricultura familiar e representam a possibilidade de integração em rede e construção compartilhada de saberes.

No artigo INFLUÊNCIA DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO E DE TRANSPORTE PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA FEIRA MUNICIPAL DE GUANAMBI (BA), os autores **Leise Kelli de Oliveira, Isadora Alves Barbosa, Leonardo Herszon Meira e Isabelly Christiny Monteiro de Souza Pinto** analisam a influência regional da feira municipal de Guanambi (BA), formada em sua maioria por agricultores familiares. Entre os resultados obtidos, identificou-se que a feira livre de Guanambi desempenha articulações urbanas e regionais com diversos municípios e localidades rurais circunvizinhas, pois a maioria das propriedades rurais localizam-se até 100 km da

feira de Guanambi. Os agricultores familiares em sua maioria desconhecem custos de produção e transporte, confirmando precariedade na gestão e no controle dos custos nas propriedades agrícolas familiares. Em relação aos consumidores, a qualidade dos produtos e o preço das mercadorias atraem consumidores de até 19 km de Guanambi. Contudo, a falta de transporte intermunicipal é um fato observado nas viagens tanto de produtores quanto de consumidores. Os resultados deixam evidente a importância do aprimoramento das políticas públicas com a inclusão de programas de gestão financeira e de cálculo de custos de transportes para a consolidação da agricultura familiar no contexto regional.

Na sequência temos o artigo **COMPARTILHAMENTO INTERGERACIONAL E PERFIL DE PRODUTORES RURAIS NA ATIVIDADE LEITEIRA EM MINAS GERAIS**, de autoria de **Ana Louise de Carvalho Fiúza e Lucas Repolês Lourenço**. Os autores analisam as características socioeconômicas e as práticas de gestão e manejo dos produtores de leite “com e sem familiar” trabalhando junto consigo na atividade leiteira. Os resultados da pesquisa revelaram diferenças entre os dois grupos de produtores analisado em termos: 1) do perfil socioeconômico; 2) do tipo de mão-de-obra empregada na propriedade; 3) da faixa de produção diária de leite e, 4) da diversificação das atividades econômicas. Entretanto, o perfil tecnológico de ambos os grupos de produtores não evidenciou contrastes expressivos. Concluiu-se que, embora tenha havido redução no número de estabelecimentos que praticavam a atividade leiteira, em Minas Gerais, entre 1975 e 2017, entre os que permaneceram na atividade não se observou a falta de um familiar de outra geração trabalhando junto ao produtor. Entre estes proprietários a diversificação produtiva, principalmente, com a criação de gado de corte destacou-se.

Já o artigo **O COMÉRCIO ELETRÔNICO COMO FERRAMENTA DE COMERCIALIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**, de autoria de **Aldi Feiden, Manoel João Ramos e Jéssica Schwanke**, busca caracterizar os produtores familiares rurais que comercializam na feira do produtor rural das cidades de Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel, pertencentes à região oeste do Paraná. De forma mais ampla, a investigação tem por objetivo analisar a utilização do comércio eletrônico como mercado alternativo e a intenção de expansão comercial. Os resultados obtidos apontam que os produtores rurais utilizam as redes sociais como forma comercial, porém, desconhecem o quanto essa forma de comercialização contribui para a renda mensal. O estudo apresenta o mercado online como uma alternativa futura para a comercialização da produção, diante de que, os agricultores apontam que o número de pessoas que procuram os produtos pelas redes sociais e aplicativos de mensagens tem crescido. Entretanto, observam que não possuem quantidade suficiente em estoque para atender à crescente demanda, mas entendem que isso pode ser ajustado de acordo com a necessidade.

Em seguida o autor **Diego Neves de Sousa** em seu artigo **OS “NOVOS” MERCADOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO TOCANTINS**, aborda a contribuição dos “novos” mercados para a

inclusão produtiva dos agricultores familiares e, em seguida, discute quais mercados as políticas públicas têm potencializado no estado do Tocantins. Os resultados sugerem que o diferencial dos “novos” mercados é a reaproximação entre os agricultores familiares e os consumidores. Conclui-se que os mercados institucionais, fomentado pelas políticas públicas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além das feiras locais, são os principais mercados acessados pelos agricultores familiares. Por sua vez, os extensionistas são considerados fundamentais para fazer a “ponte” para a inserção dos agricultores nesses “novos” mercados e também no acesso das políticas públicas que os potencializam.

Fechando essa sessão do número temático temos o artigo MERCADO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS TERRITORIAIS: A EXPERIÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DE MATINHA NA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS/MA, de autoria de **Zulene Muniz Barbosa** e de **Bianca Sampaio Correa**. As autoras analisam a experiência dos agricultores familiares de Matinha, na zona rural de São Luís (MA), a partir da implantação dos mercados institucionais. Abordam como esses agricultores se reconhecem no processo de produção, as transformações nas unidades produtivas à retomada e ampliação dos cultivos tradicionais e diversificação produtiva, a fim de verificar quais as implicações socioeconômicas do PAA nas relações de comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores, mediante a sua operacionalização gestada sob a articulação no âmbito da esfera federal, estadual e municipal. Os resultados revelam que a inserção dos agricultores de Matinha no mercado institucional, representou significativas mudanças, por um lado, nas suas diversas formas de organização da produção e, conseqüentemente, na escoação dos alimentos, e, por outro, o acesso ao programa expressa ainda alguns entraves para o acesso destes agricultores, em virtude de exigências burocráticas e, ainda, o contingenciamento de recursos financeiros, por meio do governo federal.

Na outra seção deste número, denominada “**Artigos Gerais**”, temos um conjunto de artigos que abordam temas variados, mas convergentes com a temática do desenvolvimento regional.

Abrindo essa segunda seção temos o artigo DESCONCENTRAÇÃO POLARIZADA DA INDÚSTRIA EM GOIÁS, de autoria de **Sergio Duarte de Castro** e **Daniel Diniz Dias Batista**. Nele os autores investigam o movimento de desconcentração da indústria de Goiás em direção ao interior, onde tende a permanecer concentrada em alguns novos centros, com uma dinâmica polarizada. Os novos polos industriais possuem diferentes estruturas produtivas, com distintos efeitos de polarização, graus de territorialização e capacidade de impulsionar o desenvolvimento local e regional. Propõe-se uma tipologia que ressalta essas principais diferenças, classificando-os em industriais urbanos, agroindustriais, de base mineral e mistos. Trata-se de uma contribuição original, muito útil para se pensar o processo de desconcentração industrial, especialmente nas regiões menos desenvolvidas.

No artigo seguinte O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ESTIMULA A PERMANÊNCIA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS DE BAIXA RENDA NO MERCADO INFORMAL? , os autores **Augusto Mussi Alvim** e **Carlos Godward** abordam um dos aspectos ainda pouco estudados a respeito dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRCs) que é o potencial destes programas de estimular a permanência dos trabalhadores brasileiros de baixa renda no mercado informal, com o propósito de se manterem “invisíveis” aos gestores do programa e, assim, receberem os benefícios. Para analisar este comportamento no mercado laboral em seis capitais brasileiras foi utilizado um VEC (Vetor de Correção de Erros). Os resultados do estudo mostram que existe uma relação positiva e causal entre o número de beneficiários do bolsa família e o número de pessoas no mercado laboral. Embora estas variáveis tenham uma relação causal positiva, os efeitos do programa bolsa família sobre o mercado informal mostrou-se pequeno.

Na sequência temos o artigo POBREZA MULTIDIMENSIONAL INTRAURBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, dos autores **Izete Pengo Bagolin**, **Danuzia da Silva Rodrigues**, **Ricardo Bruno Nascimento dos Santos**, e **Danilo Araujo Fernandes**. Nele os autores abordam as múltiplas dimensões da pobreza intraurbana na Região Metropolitana de Belém por meio dos microdados do Censo de 2010. Para isso, são utilizados os arcabouços teóricos da Abordagem das Capacitações e da pobreza multidimensional e aplica-se a metodologia de Alkire e Santos (2010). Os resultados evidenciam existência de diferenças entre a pobreza monetária e a pobreza multidimensional e mostram que áreas consideradas menos pobres em termos multidimensionais não são as mesmas quando avaliadas em termos monetários. Percebe-se que as áreas de ponderação, em que praticamente coincidem os indicadores de renda e o multidimensional, não estão na mesma posição na classificação geral dos indicadores sintéticos de avaliação sobre pobreza.

A seguir temos o artigo DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMPLEMENTARIDADE ENTRE AS REGIÕES: UMA ANÁLISE DA MATRIZ DE COMÉRCIO INTERESTADUAL BRASILEIRA NOS ANOS DE 2008 E 2011, de autoria de **André Luis Cabral de Lourenço** e **Joelson Oliveira Santos**. Partindo da perspectiva e da hipótese de que uma maior integração comercial entre os estados se relaciona positivamente com maiores níveis de renda, os autores analisam os fluxos de comércio interestaduais para o país, mediante a observação das relações comerciais inerentes ao próprio estado, bem como as relações concernentes aos demais nos anos de 2008 e 2011. A partir da análise empreendida tem-se que a estrutura de concentração regional do comércio interestadual brasileiro não se modificou significativamente desde 1985. Os resultados evidenciam o papel concentrador dos fluxos de comércio, polarizados por São Paulo, que exerce forte influência sobre a estrutura espacial e econômica brasileira. Portanto, dada observação do caráter ainda concentrador dos fluxos de comércio, é necessária a atuação de políticas públicas que contribuam para a melhoria da integração do mercado nacional.

Os autores **Marta Botti Capellari** e **Géssica Taís Cataneo Drei** em seu artigo DIREITO & COOPERATIVISMO: DISCUTINDO A REALIDADE BRASILEIRA abordam o percurso do cooperativismo no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista que há uma necessidade de uma abordagem multidisciplinar entre ambos. A hipótese principal é de que o cooperativismo é um grande propulsor do desenvolvimento no Sudoeste do Paraná.

Já no artigo UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ESTUDO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL COMO FENÔMENO RELACIONAL, os autores **Ítalo Matias**, **Carla Nogueira Patrão de Aquino**, **Luiz Pereira** e **Fabio Freitas da Silva** analisam a segregação residencial da área urbana do 1º distrito de Campos dos Goytacazes, município localizado na Região Norte do estado do Rio de Janeiro, considerando-se as áreas dos subdistritos como unidades de pesquisa. Para o estudo, adotou-se uma metodologia de análise da segregação associando índices não espaciais (índices de dissimilaridade e de isolamento) com a estatística espacial a partir da construção do mapa de calor, funcionalidade disponível no software de Geoprocessamento Quantum GIS. Utilizou-se, como variável, o domicílio particular permanente, segundo as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita. A partir dos resultados obtidos, ficou evidenciado que o 3º subdistrito apresenta a área mais segregada, onde estão mais concentrados os grupos de menor renda, enquanto o grupo de maior renda concentra-se no 1º e 2º subdistritos.

Os autores **Caroline Ciliane Ceretta**, **Dalva Maria Righi Dotto**, **Mônica Elisa Dias Pons**, e **Greicy Sofia Maysonave**, em seu artigo PERSPECTIVAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO TURISMO RURAL: O CASO DO TERRITÓRIO QUARTA COLÔNIA/RS, BRASIL, analisam os aspectos que inibiram o processo de desenvolvimento do turismo no território dessa região do Rio Grande do Sul. Metodologicamente, o estudo tem o corte qualitativo e a coleta de informações se deu por meio de fontes primárias e secundárias. Como resultado, o estudo apontou que apesar do apoio governamental, os atores locais não foram inseridos no processo de desenvolvimento do turismo e a fragilidade do capital social impediu que muitas atividades turísticas obtivessem êxito ao longo dos anos. Contudo, o turismo tem retomado seu processo de crescimento impulsionado pelos atores locais que de forma conjunta, preparam e ao mesmo tempo, vivenciam atividades recreativas, trilhas e caminhos rurais, festejos e eventos gastronômicos.

Na sequência, temos o artigo EVOLUÇÃO ESTRUTURAL E SETORIAL DE EMPREGO NAS MICRORREGIÕES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA PARA O PERÍODO 2003-2013 PELO MÉTODO SHIFT-SHARE, de autoria de **Thiago Caliari** e **Ulisses Pereira Santos**. Os autores analisam a evolução do emprego a nível microrregional para o período compreendido entre 2003 e 2013 no Brasil, buscando evidenciar as diferenças microrregionais do período marcado por redução do desemprego a nível nacional, focado principalmente no crescimento da demanda do setor externo, da demanda de camadas inferiores de renda e de investimentos públicos em infraestrutura e habitação. Os resultados encontrados apresentam

redução da desigualdade regional, com crescimento relativo maior para as regiões norte, nordeste e centro-oeste. Os setores que mais contribuíram a nível nacional para esse incremento foram comércio, serviços e construção civil, sendo ainda importantes a administração pública para as regiões Norte e Nordeste e o setor agropecuária, extração vegetal, caça e pesca para a região Centro-oeste.

Já o artigo **DESENVOLVIMENTO DO MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DOS SETORES PRODUTIVOS DO ESTADO A PARTIR DO MODELO INSUMO-PRODUTO**, de autoria de **Edriene Barbosa Lima Justi, Raul Asseff Castela, Celso Correia de Souza, e Daniel Massen Frainer** analisa, a partir da matriz de insumo-produto, indicadores do grau de interligação setorial da economia de Mato Grosso do Sul (MS) e impactos de demanda sobre emprego e renda. Este modelo de equilíbrio geral permite que políticas de geração de emprego e renda, necessárias para o desenvolvimento do Estado, se baseiem em uma proposta voltada à Sociedade, ao Ambiente e ao Desenvolvimento Regional Sustentável. Sendo assim, os setores que mais impactam a economia do Estado foram assim identificados: Comércio e Serviços, Celulose e Produtos de Papel, Extrativa Mineral, Artigos do Vestuário e Acessórios e Artefatos de Couro. Os resultados apresentados servem de orientação para a elaboração e planejamento racional de políticas públicas e privadas que visem estimular o crescimento econômico do Estado.

Na sequência os autores **Milton Augusto Pasquotto Mariani, Bruno Diego Alcantara Cardozo, Dyego de Oliveira Arruda e Maurilio Barbosa de Oliveira da Silva** apresentam o artigo **O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DE UM EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO NO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL**. Os autores buscam compreender, a partir de uma pesquisa qualitativa, o modo como a perspectiva do turismo de base comunitária pode se inserir na dinâmica de atuação de um Empreendimento Econômico Solidário (EES) localizado na cidade de Corumbá, no Pantanal de Mato Grosso do Sul. Os resultados apontam que, no âmbito do EES estudado, o turismo de base comunitária, muito embora ainda não seja uma realidade no EES, revela-se enquanto uma atividade com significativo potencial de geração de ocupação e renda à pessoas historicamente subalternizadas no território, numa dinâmica coerente com os princípios de solidariedade, cooperação e fraternidade, que caracterizam o turismo comunitário e o próprio movimento de economia solidária.

No artigo **ATIVIDADE LEITEIRA NO PARANÁ: UMA ANÁLISE ESPACIAL E ECONOMÉTRICA**, de autoria de **Lucir Reinaldo Alves, Leandra Aparecida Prego Ostapechen, Matheus Porcé, e José Luiz Parré**, os autores verificam a configuração espacial da produção de leite nos municípios do Paraná. Realizam uma Análise Exploratória de Dados Espaciais – AEDE, que possibilitou identificar a existência de clusters espaciais nas mesorregiões Oeste, Sudoeste, Centro Oriental e Norte Pioneiro. Isso mostra que municípios que possuem alto valor do Valor Bruto de Produção (VBP) do leite (reais/Km<sup>2</sup>) no Paraná são rodeados por municípios de similar alto valor do VBP do leite (reais/Km<sup>2</sup>), assim como municípios com baixos

valores para a variável. Como principais resultados observou-se que a orientação técnica, produtividade, pastagem, ocupações técnico-científicas e energia elétrica são alguns dos fatores que estão associados ao valor bruto de produção do leite.

Os autores **Rosa Livia Gonçalves Montenegro, Mariana Carolina da Silva, Fernanda Espiridião e Douglas Marcos Ferreira**, no artigo INFLUÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA DE 2008: UMA ANÁLISE SOBRE A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DOS MAIORES BANCOS DO CONSOLIDADO FINANCEIRO BRASILEIRO (2001-2016), analisam os efeitos da tecnologia de informação sobre a funcionalidade no sistema financeiro brasileiro baseando-se na abordagem Pós-Keynesiana e Neo-Schumpeteriana, no período de recessão da crise mundial no ano de 2008, uma crise de liquidez e instabilidade. Os resultados obtidos a partir da análise de dados em painel indicaram que, em casos que ocorrem uma quebra o comportamento das variáveis, é relevante a inclusão de medidas que possam captar as rupturas. A partir dos principais resultados da estimação observou-se que o valor da elasticidade das inovações financeiras foi superior ao fator de produção trabalho, confirmando a teoria Pós Keynesiana de que os bancos criam inovações visando os lucros.

Já no artigo THE CONSTRUCTION OF INTERDISCIPLINARY RESEARCH: CHALLENGES AND PERSPECTIVES, os autores **Luiz Everson da Silva, Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski, Marcia Regina Ferreira e Adriana Lucinda de Oliveira** refletem sobre os desafios e perspectivas relacionados com a primeira fase da construção da investigação interdisciplinar, uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná - Brasil (PPGDTS/UFPR), que visa diagnosticar e identificar o problema da investigação. Esta disciplina cumpre os objetivos do Programa e visa fundamentalmente promover, através de uma perspectiva interdisciplinar, o diálogo com abordagens teóricas e metodológicas que articulem as ciências naturais e sociais e considerem a diversidade, complexidade, conhecimento local e diferentes meios de subsistência na análise da realidade.

A seguir os autores **Mauro Thury de Vieira Sá, Diogo Del Fiori e Petrick Kristofer Andrade da Costa** no artigo ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO BNDES NAS REGIÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO 2004-2014 analisam aspectos da destinação dos valores contratados do cartão BNDES. Buscam também verificar o viés setorial das operações contratadas via cartão BNDES por unidade da Federação (UF), bem como analisar a distribuição desses recursos nas UFs comparativamente à da população e de outras variáveis econômicas. Verificou-se, por intermédio da Curva de Lorenz, uma alteração do quadro de utilização do cartão, que em 2004 se concentrava nas regiões Sul e Sudeste, que juntamente com o Centro-Oeste, apresentaram especialização em setores, no qual todas as unidades federativas dessas regiões também apresentaram. Em 2014, todas as regiões apresentam especialização de determinada atividade em todas as suas unidades federativas, além da diminuição da representatividade do Sudeste na utilização do cartão, com o Nordeste ganhando uma fatia maior no valor total das operações.

No artigo SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DOS PRODUTORES DE CACHAÇA DO MUNICÍPIO DE MORRETES – PR, os autores **Elaine Cristina de Oliveira Menezes, Eder Bruno Couto Curvelo e Sandro Valdecir Deretti Lemes** analisam a trajetória de evolução da produção de cachaça de Morretes, como se organizam os produtores e quais têm sido os obstáculos à incorporação da dimensão socioambiental em tais práticas produtivas. O estudo tem como pano de fundo o conceito orientador do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), e está apoiado nas dimensões socioeconômica e sociocultural, mobilizando as abordagens teóricas do Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL). Para compreender as atividades dos produtores de cachaça de Morretes, foi necessário incorporar a dimensão da sustentabilidade, baseada no enfoque do ecodesenvolvimento. Os resultados do estudo demonstraram que os elementos que caracterizam o SIAL para a produção de cachaça de Morretes são frágeis, sendo insuficientes para sua consolidação. O segmento estudado é uma aglomeração produtiva em que os recursos específicos foram parcialmente ativados. Para promover o DTS, é preciso que os atores locais fortaleçam seus vínculos e trabalhem em busca de uma estratégia coletiva, que beneficie todos os engenhos de cachaça da região.

Já no artigo EFEITO-FRONTEIRA EM GOIÁS: UMA ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS NO COMÉRCIO INTRANACIONAL E INTERNACIONAL, os autores **Andréa Freire de Lucena, Frederico Teodoro da Silva e Edson Roberto Vieira** buscam explicar o quanto o efeito-fronteira interferiu nas negociações comerciais goianas no ano de 2009. Esse efeito foi estimado empiricamente por meio do estimador Poisson Pseudo-Maximum-Likelihood (PPML), utilizando dados de corte seccional para os 20 principais parceiros comerciais internacionais do Estado de Goiás, mais 26 Unidades Federativas brasileiras. Mesmo que Goiás venha expandindo os produtos comercializados por meio dos incentivos de políticas públicas e por meio da capacidade empreendedora dos agentes econômicos, os resultados encontrados no estudo indicam que os produtos comercializados por Goiás são, em sua maioria, da agroindústria e que o comércio goiano com as Unidades Federativas brasileiras é significativamente maior do que o comércio com regiões internacionais, apontando assim um forte viés doméstico.

Na sequência os autores **Edicleia Lopes da Cruz Souza, Jefferson Andronio Ramundo Stadutto e Jaime Antonio Stoffel**, no artigo CRIANÇAS ECONOMICAMENTE ATIVAS E EM TRABALHO INFANTIL NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL BRASILEIRA, abordam o trabalho infantil nos estados da região Sul do Brasil à luz dos conceitos de criança economicamente ativa e criança em condição de trabalho infantil. Para tanto, utilizou-se do conceito de trabalho infantil da Organização Internacional do Trabalho e dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2015, referente às crianças e adolescentes de 5 a 17 anos. Constatou-se que havia na região Sul do Brasil, no referido ano, mais de 500 mil crianças e adolescentes desta faixa etária, economicamente ativos. Em termos de proporção, significa que de todas as crianças e adolescentes existentes nos estados

dessa região, cerca de 10% estavam engajadas em atividades econômicas, destacando o Rio Grande do Sul. Em condição de trabalho infantil estavam mais de 210 mil indivíduos, sendo a maioria de adolescentes com 15 a 17 anos, dentre os quais havia, inclusive, aqueles com carga horária de trabalho superior a 50 horas semanais.

O artigo OPORTUNIDADES E ENTRAVES PARA A PROTEÇÃO POR INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA PARA OS BISCOITOS ARTESANAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA de autoria de **Núbia Moura Ribeiro, Marta Aparecida Rodrigues de Oliveira e Marcelo Santana Silva** analisa os principais entraves e oportunidades para o registro de proteção por Indicação de Procedência (IP) para os biscoitos de Vitória da Conquista-BA, bem como sugerir estratégias de fomento. Para tanto, utilizou-se como metodologia a abordagem qualitativa, descritiva, de natureza exploratória, com pesquisa documental e análise de conteúdo, além de visitas técnicas aos produtores e ao SEBRAE. Os resultados demonstraram que os biscoitos de Vitória da Conquista possuem potencial para o registro de Indicação de Procedência e oferece inúmeros benefícios e oportunidades para a região. Todavia, foi detectado vários entraves para o seu fomento, com destaque para a falta de uma entidade que agrupe os produtores e comerciantes e a falta de políticas públicas voltadas específicas para IG, dentre outras.

No artigo DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS RECURSOS DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, os autores **Marcos Junior Marini, Felipe Polzin Druciaki, Marcio Gazolla e Christian Luiz da Silva** buscaram evidenciar quais foram os montantes destinados pelo governo federal ao Programa Territórios da Cidadania durante sua operacionalização entre 2007 a 2019. Mais especificamente, investigaram quais processos de desenvolvimento foram gerados a partir desses investimentos. Para tanto, foram analisados todos os valores encontrados nos portais eletrônicos oficiais do Governo Federal referente à política pública do PTC entre 2007 e 2019. Os principais resultados mostram que de 2007 a 2013 foram encontrados apenas dados referentes a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e, de 2014 a 2019, todos os dados referentes aos recursos operacionalizados pelo PTC. Os dados também evidenciam que os estados das Regiões Norte e Nordeste são prioritários no recebimento dos recursos, estando isso de acordo com o que prevê a política territorial. Por fim, os dados demonstram que os montantes de recursos são inferiores aos encontrados em literaturas similares e basicamente todas as ações financiadas pelo PTC estão ligadas ao desenvolvimento territorial rural.

Os autores **Rubens de Toledo Junior e Luiz Fernando Ribeiro de Sales** apresentam o artigo O ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS À REAFIRMAÇÃO DAS HORIZONTALIDADES GEOGRÁFICAS. No contexto, de fundação do Estado Plurinacional da Bolívia, como aposta de solução aos conflitos territoriais do país, o artigo analisa quais são as garantias constitucionais promulgadas pela constituição de 2009 no processo de reafirmação das

horizontalidades geográficas. Trata-se de um estudo interdisciplinar entre o Direito e a Geografia, cuja metodologia foi de pesquisa bibliográfica e análise de documentos, estruturados a partir da categoria de espaço geográfico de Milton Santos (2006) e das premissas do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, por seus diversos expoentes, especialmente Rubén Martínez Dalmau e Roberto Viciano Pastor (2012).

No artigo **UMA ANÁLISE ESPACIAL DA POBREZA NO ESTADO DE ALAGOAS** de autoria de **Keuler Hissa Teixeira**, analisa-se a distribuição espacial da pobreza nos municípios alagoanos. Para esse fim, utilizou-se a técnica de análise exploratória de dados espaciais e os modelos de econometria espacial. A base de dados utilizadas nesta pesquisa foi obtida junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Dentre os resultados obtidos, pode-se destacar: a) existe forte discrepância intrarregionais no estado, principalmente entre as mesorregiões Leste e Sertão; b) há uma relação inversa entre a pobreza e as variáveis renda per capita e taxa de urbanização, enquanto que ocorre o contrário com relação ao índice de Gini e c) há uma dependência espacial da pobreza, ou seja, há um certo grau de similaridade entre os municípios analisados, de modo que a pobreza em um município é explicada, em parte, pela pobreza nos municípios vizinhos.

O autor **Rafael Gonçalves Gumiero** em seu artigo **O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO (PTP) E O PAC EM DISPUTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO CARAJÁS – PARÁ**, apresenta o balanço dos impactos das políticas públicas balizado pela mensuração dos projetos e investimentos das escalas estadual e federal, nos anos 2008 a 2018, na sub-região de Carajás, no Pará. Na escala estadual foi analisado se houve inserção dos projetos do Planejamento Territorial Participativo (PTP) no Plano Plurianual 2008-2011. Na escala federal foram sistematizados os impactos dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no território. Os documentos analisados foram os relatórios do PAC do Pará, e os relatórios estaduais do PPA 2008-2011 formulados pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF). O resultado reforçou a concentração de projetos do PPA 2008-2011 na região Metropolitana do Pará e os empreendimentos do PAC foram desconcentrados dela, porém foram direcionados atendendo as vantagens comparativas de recursos naturais e a mitigação ambiental e social do impacto dos grandes projetos de infraestrutura na sub-região de Carajás.

Os autores **Christiane Luci Bezerra Alves, Jaqueline Kelândia Ferreira Alencar, Valéria Feitosa Pinheiro e João Luís do Nascimento Mota**, em seu artigo **PADRÃO DE INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO NORDESTINO: NOTAS PARA O PERÍODO 2005-2014**, propõe ao entendimento de como tem sido processada a inserção da mulher negra no mercado de trabalho do Nordeste. Utiliza-se de metodologia descritiva, com base em revisão de literatura e na análise de dados secundários, que ocorre sob a perspectiva de raça e gênero, através da definição de quatro categorias: mulher negra (preta e parda), mulher não negra, homem negro (preto e pardo) e homem não negro. Os resultados mostram que a

melhoria das condições econômicas e do mercado de trabalho experimentada pelo Brasil, especialmente nos anos 2000, ampliaram as oportunidades reservadas às mulheres, embora de forma diferenciada, condicionando um novo padrão de inserção das mulheres negras no mercado de trabalho. Todavia, apesar da melhoria incontestável de um conjunto de indicadores relativos à mulher negra, como o melhor ritmo de crescimento da população ocupada, queda mais intensa do desemprego, maior variação da média de anos de estudo, além de ganhos significativos de participação em melhores faixas de escolaridade, a face do desemprego e da informalidade ainda é negra e feminina, o que demonstra o longo caminho a ser percorrido em busca de políticas mais inclusivas e focalizadas para a eliminação e não apenas suavização de disparidades e segregações.

O artigo **ESTRUTURAÇÃO DE INDICADORES NA PRIORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE RECURSOS PARA OBRAS VOLTADAS À REDUÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ**, de autoria de **Eduardo Gomes Pinheiro, Larissa Maria da Silva Ferentz e Murilo Noli da Fonseca Correio**. Nele, os autores buscam apresentar um instrumento técnico-comparativo que auxilie os gestores na identificação dos municípios paranaenses prioritários para a concessão de investimentos com vistas à redução dos riscos de desastres. A metodologia se baseia na construção de um indicador formado pelas dimensões de Qualidade de Desastre e do Impacto e Comprometimento Econômico e Financeiro municipais. Como resultados, observa-se que com a aplicação do indicador, 239 municípios foram identificados como prioritários, sendo 12 deles em situação crítica, ou seja, deveriam ser os primeiros a receber recursos. Conclui-se que a utilização do presente indicador, para avaliação geral dos aspectos relacionados à ocorrência de desastres, pode se apresentar como um instrumento efetivo no auxílio aos gestores públicos para tomadas de decisão.

Encerrando essa segunda seção de artigos desse número de REDES, temos o artigo **PLANO “VIVER SEM LIMITE” E A REDE DE CUIDADOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: REPRESENTAÇÕES EM UM CENÁRIO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL**, de autoria de **Christian Caldeira Santos, Jacinta Sidegum Renner, Gustavo Roese Sanfelice, Rodrigo de Souza Balk e Susane Graup do Rego**, que propõe analisar e verificar a interferência do Plano “Viver sem Limite” junto da RCPD sobre o processo de inclusão social de crianças com Paralisia Cerebral (PC) em Uruguaiana, Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Nossos agradecemos aos pareceristas que participaram da avaliação externa dos artigos que compõem esse número da revista. Desejamos a todos os nossos leitores uma boa leitura e reflexão.

Santa Cruz do Sul, dezembro de 2020.

**ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA ERICA KARNOPP e CIDONEA MACHADO DEPONTI** (Editores da Revista REDES)

